

Projeto de Pesquisa para a aula de Métodos e Técnicas de Pesquisa

Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS)

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Comunicação Social- Jornalismo 2019.2

Letícia Donola Ferreira Merotto



**Universidade
Federal
Fluminense**

**O DECRETO-LEI 3199 E A SUBREPRESENTATIVIDADE
FEMININA NO MEIO JORNALÍSTICO DO FUTEBOL: MEMÓRIA
SOCIAL, NARRAÇÃO DE COPA DO MUNDO E IDENTIDADE**

Niterói

2019

Resumo

Em 14 de Abril de 1941, Getúlio Vargas baixou o Decreto de Lei 3199 que, dentre outras coisas, proibia mulheres de praticarem esportes, como o futebol, sob a justificativa de ser “contra a natureza feminina”. Esse cenário de exclusão e opressão institucional iniciado em 1941 se manteve por mais de 40 anos e, irrefutavelmente, corroborou um machismo que se perpetuou na sociedade até mesmo depois da revogação de tal lei. Nos dias atuais, o problema ainda existe devido a uma memória social negativa que gera uma falta de representatividade que, por sua vez, perpetua o problema. Assim, esse Projeto de Pesquisa visa fazer uma reflexão acerca do espaço limitado e preconceituoso que a mulher enfrenta no jornalismo no ambiente do futebol e sua relação com o Decreto-lei do governo Vargas.

Sumário

1) Introdução e justificativas	4
2) Objeto.....	5
O machismo institucionalizado na história brasileira	5
Midiatização e representatividade.....	7
O caso Isabelly Moraes.....	9
3) Objetivos	10
Objetivos gerais.....	10
Objetivos específicos	10
4) Quadro Teórico de Referências	11
5) Procedimentos metodológicos	12
6) Plano de trabalho e cronograma de atividades	13
7) Referências bibliográficas.....	13

1) Introdução e justificativas

“Rola a bola, primeira partida começa na Copa do Mundo Fifa 2018, venha conosco, Rússia e Arábia Saudita” (MORAIS, 2018)¹. E foi com essa frase que teve início a primeira partida da Copa do Mundo da Rússia e o primeiro jogo de Copa do Mundo narrado por uma mulher na televisão brasileira, apenas no ano de 2018. Ao refletir a respeito do acontecido, procurei pesquisar a respeito da cobertura jornalística da Copa do Mundo de 2019 e percebi, além da descontinuidade desse espaço conquistado pelas mulheres, a necessidade de se falar sobre esse espaço feminino no ambiente jornalístico do futebol ser tão restrito e escasso. Mas, para além de falar sobre, resolvi achar a raiz do problema e o porquê disso ainda ocorrer mesmo com a alta competência que mulheres mostram na área.

Ao analisar a história brasileira, veremos como ela representa uma causa para o problema. Em 1941, mulheres foram proibidas de jogar esportes considerados, na época, contra sua natureza, como o futebol através do Decreto-Lei 3199. Esse foi um marco inicial da institucionalização do machismo que acarretou outros episódios. Em 1965, o Conselho de Desportos reiterou o que essa lei promulgava: mulheres estariam proibidas de jogar futebol, futebol de praia ou de salão, dentre outros esportes. Com isso, totalizaram-se 40 anos de destruição de memória social feminina no esporte. Nesse projeto parto da opinião que esse foi um marco da história de subrepresentatividade feminina no esporte. Além disso, cabe ressaltar que a regulamentação do futebol feminino ocorrida em 1983 não acabou com o empecilho das mulheres de participar do meio futebolístico. Além do Estado, a repressão por parte da sociedade, principalmente, no âmbito familiar, era um problema maior e ainda presente após o ano do fim da vigência da lei.

Assim, entende-se o Decreto-Lei como desencadeador da institucionalização do machismo que, por sua vez, se refletiu na sociedade. Esse ambiente de repressão gerou um empecilho social das mulheres de participarem do meio esportivo, principalmente do futebol e, conseqüentemente jornalístico do mesmo. Nesse ponto, entra a mídia que, por ter seu papel de representatividade e influência do debate público, pela falta de representatividade não propicia uma reversão do cenário em questão. Conclui-se,

¹ “Histórico! Primeira mulher a narrar um jogo de copa do mundo pela FOX” - <https://esportefera.com.br/noticias/futebol,historico-primeira-mulher-a-narrar-um-jogo-de-copa-do-mundo-pela-fox,70002351454>.

portanto o machismo como não somente algo muito presente na época, mas também como propulsor de um problema que se propaga até os dias atuais: a subrepresentatividade feminina no campo futebolístico e, conseqüentemente, no meio jornalístico desse esporte.

2) Objeto

O machismo institucionalizado na história brasileira

“Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.” (POLLAK, 1992, p.204). Nesse trecho, Michael Pollak relaciona a memória com o sentimento de identidade, através da justificativa da mesma ser uma construção social. Tendo essa afirmativa como base, pode-se dizer que uma história que proibiu que mulheres jogassem futebol por 40 anos, tem impacto direto sobre a subrepresentatividade feminina atual no meio desse esporte e, conseqüentemente, no campo jornalístico do mesmo.

Quando se fala a respeito da institucionalização do machismo, cabe analisar o propulsor desse fenômeno no cenário esportivo. O Decreto de Lei 3199 de 14 de abril de 1941 que dispõe do seguinte artigo: “Art. 54. Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.” (DECRETO-LEI N° 3.199, 14 DE ABRIL DE 1941). Evidencia-se a maneira na qual a legislação brasileira colaborava para a criação de um sentimento de não-pertencimento à esse esporte nas mulheres já em 1941. A partir dessa lei, o Conselho Nacional de Desportos fez deliberações a respeito da mulher no esporte para cumprí-lo: “2. Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo-aquático, pólo, rugby, hanterofilismo e baseball.” (DELIBERAÇÃO N° 7, 07 DE AGOSTO DE 1965). Assim, mulheres foram proibidas de jogar futebol até 1983, uma realidade institucional por mais de 40 anos no país.

No entanto, cabe ressaltar que a institucionalização do machismo o propaga na sociedade. Dessa forma, é necessário que se entenda que não foram só 40 anos de opressão.

A resistência do Estado, muitas vezes, era o menor obstáculo que elas encontravam para poder jogar futebol (...) os olhares e comentários repressores recebidos das famílias, amigos e companheiros(as) podiam pesar-lhes muito mais do que qualquer resolução de órgãos estatais. (LOPES apud SILVA, 2019)

Como dito pela historiadora Giovana Capucim e Silva, a regulamentação do futebol feminino não acabou com as barreiras que as mulheres enfrentavam. Nesse sentido, vale ressaltar que a lei, antigamente, tinha função estrita de coibir comportamentos reprováveis. Atualmente, tem função até mesmo promotora de comportamentos vistos como ideais e, portanto, é criada como forma de controle da população. Assim, pode-se entender o Artigo 54 do Decreto-Lei 3199 como um grande inibidor das mulheres no ambiente do futebol e um grande influenciador dos pensamentos sexistas na sociedade.

Ainda assim, a revogação de uma lei que moldava as atitudes dos indivíduos, não os liberta e nem naturaliza o que esteve em vigor por tanto tempo, uma vez que vem desacompanhada de maneiras de reverter todas as consequências que trouxe para a sociedade. Com a falta de iniciativas de inclusão da mulher no ambiente esportivo, o machismo seguia influenciando a maneira de pensar e agir da sociedade. Por sua vez, mulheres, apesar da concessão Estatal, sofriam uma opressão muito maior por parte da sociedade. Isso nos leva a concluir que foram 42 anos de opressão do Estado, mas incontáveis anos de opressão por parte da sociedade que ainda tem reflexos até os dias atuais.

Esse machismo pregado até mesmo pelo poder desde que o Brasil ainda era colônia perpetuou na sociedade a desvalorização e a subestimação da mulher no âmbito trabalhista. Assim, sua posição social, que era restrita a trabalhos domésticos -como cuidar dos filhos, da casa e outros que não usassem força braçal- dificilmente será bem vista atualmente na sociedade- ainda machista e conservadora- em trabalhos no campo do futebol, um meio ainda dominado por homens.

Mediatização e representatividade

[...] a mediatização é usada como um conceito para descrever o processo de expansão dos diferentes meios técnicos e considerar as inter-relações entre a mudança comunicativa dos meios e a mudança sociocultural. Entretanto, muito embora vários pesquisadores utilizem o conceito de mediatização, cada um lhe dá o significado que melhor lhe agrada. (GOMES, 2016)

Conforme exposto pela revista da Escola de Comunicação, Artes e Design da PUC-RS, o conceito de mediatização é trabalhado a partir de diferentes pontos de vistas que procuram analisar a relação descrita no trecho acima entre a mudança sociocultural e a mudança comunicativa dos meios. Muniz Sodré trabalhou o conceito no capítulo “Eticidade, campo comunicacional e mediatização” do livro de Dênis Moraes “Sociedade Mediatizada”. Nesse projeto, tomo como base a visão e a definição do autor a respeito do conceito de mediatização por aproximação de ideias.

[...] a mediatização é uma ordem de mediações socialmente realizadas – um tipo particular de interação, portanto, a que poderíamos chamar de tecnomediações – caracterizadas por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada medium. (SODRÉ, 2006, p. 20).

A partir dessa afirmação de Sodré, entende-se a influência direta da mídia no público através das tecnomediações. Assim, pode-se relacionar o conteúdo exposto pelos meios de comunicação como impulsionadores do debate público. Além disso, deve-se entender os indivíduos que os impulsionam como grandes fatores de propagação de representatividade, dando muito mais seriedade e veracidade ao que foi dito.

“[...] argumentamos que a televisão e outras formas da cultura da mídia desempenham papel fundamental na reestruturação da identidade contemporânea e na conformação de pensamentos e comportamentos.” (KELLNER, 1995, p.304). Ao analisar o que Kellner alega, entende-se que os fatores culturais midiáticos são grandes criadores dessa identidade contemporânea, através da representatividade. A mídia tem esse papel fundamental de organização das informações no qual todo e qualquer fator presente na forma, no meio e/ou no indivíduo que irá propagar as informações também faz parte do que ela influenciará.

A representatividade é um fator de extrema importância. A capacidade de impactar o público de uma notícia, de um fato ou até mesmo de uma opinião onde o enunciador ocupa seu próprio lugar de fala é muito maior que quando propagada por quem não o ocupa. A veracidade, seriedade e capacidade de sensibilização são potencializadas. É por essa razão que em reportagens, por exemplo, são apresentadas entrevistas com as vítimas dos casos postos em pauta.

Uma grande evidência desse fato é a comparação entre dois enunciadores de gêneros opostos falando a respeito do feminicídio. No caso do gênero que se manifesta ser o afetado diretamente pelo tema, há muito mais veracidade atribuída ao conteúdo exibido pela maior proximidade com a realidade e, portanto, maior propriedade. Assim, uma mulher falando sobre feminicídio traz uma maior capacidade de sensibilização do público.

Uma vez concluído que a representatividade e o lugar de fala são fatores de extrema importância na mídia, bem como os conteúdos, por trazerem identificação e/ou sensibilização muito maior no público, entende-se o quanto a mídia, sem representatividade feminina no meio jornalístico do futebol, não impulsiona uma reversão desse quadro.

O problema é que a realidade do jornalismo esportivo brasileiro é de um ambiente massivamente masculino e ainda opressor para a mulher. Fato que se evidencia nas apurações de audiência do Painel de Nacional de Televisão (PNT) em narrações de jogos narrados por mulheres e por homens. O canal FOX teve a iniciativa de narração feminina na Copa do Mundo de 2018, mas não acatada por grande parte do público. Segundo dados da PNT, no dia de narração feminina, a emissora de televisão obteve um número 15 vezes menor de audiência, enquanto que o Sportv registrou números mais de 50 vezes maior de audiência que o normal enquanto estava com narração masculina.²

Isso se torna um ciclo. Apesar de uma iniciativa louvável do canal FOX, a perda de mais de 55 mil espectadores por minuto não permite que a iniciativa prossiga, acarretando a continuidade da subrepresentatividade feminina no meio jornalístico do futebol. Com isso, poucas são as mulheres que se encorajam a lutar contra o cenário da atual de desencorajamento social e profissional.

² Dados retirados de < <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/rejeicao-a-jogos-narrados-somente-por-mulheres-mostra-que-futebol-ainda-e-um-esporte-machista/>>

O caso Isabelly Moraes

A Copa do Mundo masculina ocorrida em 2018 na Rússia contou com uma narração, majoritariamente, masculina como todos os outros campeonatos. No entanto, mesmo com a rejeição social, algo histórico aconteceu: a primeira narração de um jogo de Copa do Mundo feita por uma mulher. Isabelly Moraes, 20 anos, narrou a primeira partida do campeonato pelo canal FOX e, em menos de um ano teve seu nome entre os treze melhores narradores brasileiros segundo uma lista divulgada no site Manual do Homem Moderno³.

O sucesso da narradora em tão pouco tempo e mesmo com tão poucas oportunidades confirma a teoria de que o espaço limitado que a mulher enfrenta não se deve a sua incompetência profissional. Pelo contrário, a competência equivale a de grandes nomes da narração brasileira presentes na mesma lista, como Luiz Roberto da Rede Globo. Essa é a maior prova que o problema possui outras origens e que o gênero é um fator de extrema neutralidade nessa questão.

Além de Luiz Roberto, Galvão Bueno também aparece ao lado da narradora como um dos melhores narradores do Brasil. Ao comparar a trajetória profissional do mesmo e de Isabelly, percebe-se uma disparidade enorme entre o tempo de profissão e o contexto histórico presente durante o início de carreira dos dois jornalistas.

Enquanto Isabelly começou a atuar na área há aproximados dois anos, Galvão começou em 1974, quando o contexto era de um machismo extremamente enraizado e até institucionalizado. Nos nove primeiros anos da carreira do jornalista, mulheres eram proibidas por lei de praticar esportes como o futebol, pois era visto como algo contra a natureza feminina e isso se refletia no ambiente jornalístico, onde não haviam mulheres por falta de representatividade em campo, por preconceito e repressão. Portanto, o espaço era completamente voltado para o gênero de Galvão Bueno.

Enquanto a narração dos homens é avaliada pela qualidade, muita gente me critica simplesmente por ser mulher. Óbvio que é diferente uma voz feminina nos jogos. Tudo que é novo causa estranheza. Ao longo de 20 Copas do Mundo, por exemplo, só os homens narraram aqui no Brasil. Não deveria ser estranho uma mulher narrando futebol no rádio ou na televisão. Mas acredito que essa cultura está

³<https://manualdohomemmoderno.com.br/esportes/copa-do-mundo/12-melhores-narradores-brasileiros-da-Atualidade>

mudando. Um dia vai ser natural ouvir um jogo com a narração de mulheres.(MORAIS, 2018)⁴

Já no caso de Isabelly, como visto em sua fala acima, exposta na revista El País, o contexto de seu início de carreira é de um machismo, embora não mais institucionalizado, ainda muito presente na sociedade e no âmbito profissional jornalístico do futebol. Nele ainda há uma subrepresentatividade feminina e um desdém muito grande por parte da sociedade diante da profissão quando exercida por mulheres. “[...] Muitas vezes, isso é o que falta para as mulheres: uma chance de mostrar que podemos atuar em qualquer área, ainda que seja dominada pelos homens.” (MORAIS, 2018)⁵. Como prova Isabelly, trata-se também de uma época de alto empoderamento feminino, com muita resistência que faz com que mulheres tenham que enfrentar um espaço existente legalmente e teoricamente e, no entanto, extremamente restrito e preconceituoso com o seu gênero na prática devido a uma memória social machista e repressora de institucionalização do machismo na sociedade.

3) Objetivos

Objetivos gerais

Produzir uma reflexão acerca do ambiente profissional restrito e preconceituoso que a mulher enfrenta no jornalismo esportivo, principalmente, no futebol e a relação com as raízes desse problema.

Objetivos específicos

Analisar como a institucionalização do machismo no ambiente esportivo da história brasileira influenciou a depreciação da mulher pela sociedade no meio do futebol. Busca retratar também como esse cenário corroborou uma memória social negativa nas mulheres, as desencorajando até no campo jornalístico de tal esporte. Além disso, esse projeto de pesquisa busca analisar como essa subrepresentatividade na mídia corrobora uma perpetuação desse cenário.

⁴ Acesso em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/24/deportes/1529866954_045222.html

⁵ Recortes da entrevista de Isabelly Morais. Acesso em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/24/deportes/1529866954_045222.html

4) Quadro Teórico de Referências

A argumentação presente nesse Projeto de Pesquisa contou com diferenciadas bases teóricas. Para embasar os meus argumentos, pesquisei artigos, livros, matérias e materiais jurídicos a respeito dos tópicos do objeto.

O primeiro deles fala sobre a institucionalização do machismo na história brasileira. Para isso, a primeira base analisada foi o Artigo 54 do Decreto-Lei 3199 de 14 de Abril de 1941 do governo Getúlio Vargas que, juntamente com a Deliberação número 7 do Conselho Nacional de Desportos, corroboraram a institucionalização do machismo na sociedade e ajudam a estudar o retrato desse sexismo na época. A segunda base da primeira parte do objeto foi a leitura de “Memória e identidade social” de Michael Pollak, onde o autor argumenta a respeito da construção social das memórias de maneira consciente ou inconsciente e como a mesma corrobora pra a criação de uma identidade social. Embasei o argumento de que a construção social da memória futebolística nas mulheres foi feita de maneira negativa, o que resultou na criação de um sentimento de não-pertencimento ao esporte e ao meio no gênero, relacionando a memória social herdada com a construção de identidades também retratada por Pollak. Assim, finalizei a base argumentativa do primeiro tópico do meu objeto.

O segundo tópico fala a respeito da influência da mídia na representatividade e na criação de uma identidade através desse fato. Como base, utilizei o conceito de midiaticização na visão de Muniz Sodré, presente no capítulo “Eticidade, campo comunicacional e Midiaticização” no livro “Sociedade Midiaticizada” de Dênis de Moraes. O autor fala sobre a influência tecnológica dos meios de comunicação na sociedade e como servem de mediadores do debate público. Já Douglas Kellner em “A Cultura da Mídia” fala a respeito da televisão como construtora de integração e representatividade:

[...] argumentamos que a televisão e outras formas da cultura da mídia desempenham papel fundamental na reestruturação da identidade contemporânea e na conformação de pensamentos e comportamentos. Em outro local, afirmamos que a televisão hoje em dia assume algumas das funções tradicionalmente atribuídas ao mito e ao ritual, ou seja, integrar os indivíduos numa ordem social, celebrando valores dominantes, oferecendo modelos de pensamentos, comportamento e sexo para imitação, etc. (KELLNER, 1995, p.304).

Assim, relatei os dois autores através da afirmação que não só o conteúdo exposto pelos meios de comunicação, mas também quem expõe esses fatos são fatores de

extrema importância, uma vez que, a exposição de um fato por alguém que ocupa o seu devido lugar de fala traz, conseqüentemente maior veracidade aos fatos e, portanto, maior capacidade de sensibilização do público por parte dos meios de comunicação.

O terceiro tópico fala sobre o caso Isabelly Morais. Esse é o nome da primeira mulher a ser narradora de uma partida de futebol numa Copa do Mundo. Esse fato se deu na Copa do Mundo masculina de 2018. No entanto, esse espaço conquistado não teve continuidade no ano seguinte no campeonato feminino ocorrido na França. Essa conclusão se deu com a análise das matérias jornalísticas “Narrada só por homens, Copa feminina começa com cobertura inédita na TV” e “Sem narradoras, transmissão da Copa do Mundo é criticada nas redes” do site da UOL, onde consegui os dados do campeonato ocorrido na França e percebi a descontinuidade do processo de conquista do espaço pela mulher. A notícia do site da Globo “Mulheres no Esporte: o tabu e a história por trás da pouca representatividade feminina” retratou o história da repressão feminina no esporte, explicitando a institucionalização dessa repressão através das citações do Decreto-Lei 3199 e da Deliberação número 7 do Conselho Nacional de Desportos e seus reflexos na sociedade.

5) Procedimentos metodológicos

A formulação desse Projeto de Pesquisa se deu, primeiramente, na análise das narrações das Copas do Mundo de 2018 e 2019, ao perceber que, embora a Copa do Mundo masculina do ano anterior tenha tido um grande avanço para o espaço da mulher no jornalismo futebolístico, o campeonato feminino de 2019 não deu continuidade a esse espaço. A equipe dos canais de transmissão dos jogos não contou com nenhum narradora do gênero, apenas comentaristas. Isso motivou o meu objeto de pesquisa: a subrepresentatividade feminina no ambiente jornalístico do futebol.

A segunda fase contou com leituras que servissem como embasamento teórico para a formulação do objeto. A partir de teorias, conceitos textos, materiais jurídicos, matérias jornalísticas e artigos estudados a respeito do tema central de temas mais específicos leituras, consegui organizar a estrutura do meu Projeto, dividindo o meu objeto em tópicos.

A terceira fase contou com a reflexão a respeito do conteúdo que embasou o objeto. Após a estruturação, desenvolvi a junção dessas teorias, desses argumentos e desses pontos de vista, criando assim, argumentos fundamentados e novas visões a respeito do tema, concluindo o meu Projeto de Pesquisa

6) Plano de trabalho e cronograma de atividades

O plano de trabalho prevê 4 meses para o projeto de pesquisa. Para a conclusão do mesmo, o cronograma de atividades seguido foi uma divisão em fases apresentadas abaixo com seus períodos e objetivos.

Fase	Objetivos
Primeira fase Duração: 2 meses	Definição do objeto e pesquisas a respeito do tema definido
Segunda fase Duração: 2 meses	Pesquisa bibliográfica, coleta de referências e dados
Terceira fase Duração: 2 meses	Abordagem descritiva do tema
Quarta fase Duração: 1 mês	Revisão e conclusão

7) Referências bibliográficas

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia**. Bauru, SP: Edusc, 2001

SODRÉ, Muniz. **Eticidade, campo comunicacional e Mídia**. In: Moraes D, organizador. Sociedade Mídia. Rio de Janeiro: Mauad; 2006. p.20.

VILELA, Lucas. “13 melhores narradores brasileiros da atualidade”. **Manual do Homem Morderno**. São Paulo, [s.d.]. Disponível em <https://manualdohomemmoderno.com.br/esportes/copa-do-mundo/12-melhores-narradores-brasileiros-da-atualidade>>. Acesso em 06 de nov. de 2019.

BRASIL. **Decreto n. 3.199, de 14 de abr. de 1941**. Brasília, DF, abr. 1941. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 04 de nov. de 2019.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez e Editora da UNICAMP, 1988. 118p.

FARIA, Livia. “Mulheres no Esporte: o tabu e a história por trás da pouca representatividade feminina”. **Globo**. Rio de Janeiro, 10 de mar. de 2019. Disponível em <<https://globoesporte.globo.com/outros-esportes/noticia/mulheres-no-esporte-o-tabu-e-a-historia-por-tras-da-pouca-representatividade-feminina.ghtml>>. Acesso em 04 de nov. de 2019.

PIRES, Breiller. “Um dia vai ser natural ouvir um jogo com a narração de mulheres”. **El País**. São Paulo, 25 de jun. de 2019. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/24/deportes/1529866954_045222.html>. Acesso em 03 de dez. de 2019.

LOPES, Larissa. “Mulheres passaram 40 anos proibidas por lei de jogar futebol no Brasil”. **Jornal da USP**. São Paulo, 13 de jun. de 2019. Disponível em <<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/mulheres-passaram-40-anos-sem-poder-jogar-futebol-no-brasil/>> Acesso em 6 de nov. de 2019.

GOMES, Pedro. “Midiatização: um conceito, múltiplas vozes”. **Revista FAMECOS**. Rio Grande do Sul, [s.d.]. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22253>>. Acesso em 30 de nov. de 2019